

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

Vol. 8

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA  
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA  
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA  
PROF.<sup>a</sup>. DR.<sup>a</sup>. VIVIANE COÊLHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadores

PROF.<sup>a</sup>. DR.<sup>a</sup>. VIVIANE COÊLHO DE SÉLLOS-KNOERR  
PROF. DR. EVERTON DAS NEVES GONÇALVES  
PROF. DR. FREDERICO DA COSTA CARVALHO NETO

# DIREITO DO CONSUMIDOR

2014 | Curitiba





## Nossos Contatos

### São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,  
cj. 603, Centro, São Paulo – SP  
CEP: 01.003-001

Acesse: [www.editoraclassica.com.br](http://www.editoraclassica.com.br)

### Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

## EDITORA CLÁSSICA

### Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira  
Alexandre Walmott Borges  
Daniel Ferreira  
Elizabeth Accioly  
Everton Gonçalves  
Fernando Knoerr  
Francisco Cardozo de Oliveira  
Francisval Mendes  
Ilton Garcia da Costa  
Ivan Motta  
Ivo Dantas  
Jonathan Barros Vita  
José Edmilson Lima  
Juliana Cristina Busnardo de Araujo  
Lafayette Pozzoli  
Leonardo Rabelo  
Lívia Gaigher Bósio Campello  
Lucimeiry Galvão

### Equipe Editorial

**Editora Responsável:** Verônica Gottgroy

**Capa:** Editora Clássica

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

### CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D597

Direito do consumidor

Coleção Conpedi/Unicuritiba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo uliano  
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira  
/ Viviane Coêlho Séllos-Knoerr.

Coordenadores : Everton das Neves Gonçalves /  
Frederico da Costa Carvalho Neto / Viviane Coêlho  
Séllos-Knoerr.

Título independente - Curitiba - PR . : vol.8 - 1ª ed.  
Clássica Editora, 2014.

531p. :

**ISBN 978-85-99651-96-4**

1. Defesa do consumidor - Legislação.  
I. Título.

CDD 342.5

**XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA**  
**Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR**

**MEMBROS DA DIRETORIA**

Vladmir Oliveira da Silveira

**Presidente**

Cesar Augusto de Castro Fiuza

**Vice-Presidente**

Aires José Rover

**Secretário Executivo**

Gina Vidal Marcílio Pompeu

**Secretário-Adjunto**

**Conselho Fiscal**

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

**Representante Discente**

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

**Colaboradores**

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

**Diagramador**

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO .....	15
<b>A APLICAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA BOA-FÉ AO SUPERENDIVIDAMENTO NO BRASIL</b> (Andreia Fernanda de Souza Martins) .....	21
INTRODUÇÃO .....	22
CONCEPÇÕES DO CONCEITO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....	23
A APLICAÇÃO DA BOA-FÉ AO SUPERENDIVIDAMENTO .....	27
O SUPERENDIVIDAMENTO NO BRASIL .....	33
CONCLUSÃO .....	36
REFERÊNCIAS .....	37
<b>A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS PROVENIENTES DE ROYALTIES DO PETRÓLEO COMO FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E AUMENTO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO</b> (Karina Ferreira Soares de Albuquerque) .....	39
INTRODUÇÃO .....	41
IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO NA ATUALIDADE .....	42
RECURSOS PROVENIENTES DE ROYALTIES DO PETRÓLEO: CONCEITO, ORIGEM E NATUREZA .....	42
RECURSOS PROVENIENTES DE ROYALTIES DO PETRÓLEO E DESENVOLVIMENTO: UMA REAL NECESSIDADE .....	45
RECURSOS PROVENIENTES DE ROYALTIES DO PETRÓLEO: CERTEZA DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. UTOPIA OU REALIDADE? .....	46
RECURSOS PROVENIENTES DE ROYALTIES DO PETRÓLEO: EDUCAÇÃO PARA CONSUMO E MEIO AMBIENTE .....	50
RECURSOS PROVENIENTES DE ROYALTIES DO PETRÓLEO E AUMENTO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO: UMA ATITUDE EQUILIBRADA? .....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	53
REFERÊNCIAS .....	54
<b>A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR ANTE A PUBLICIDADE NO MEIO DIGITAL</b> (MAGALHÃES, Thyago Alexander de Paiva e HAAS, Adriane) .....	56
INTRODUÇÃO .....	57
DESENVOLVIMENTO .....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71

REFERÊNCIAS .....	73
<b>A PUBLICIDADE COMO INFLUÊNCIA NEGATIVA PARA A SOCIEDADE CONSUMERISTA E A IMPORTÂNCIA DA EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO</b> (Karina Pereira Benhossi e Zulmar Fachin) .....	75
INTRODUÇÃO .....	76
A ATUAL SOCIEDADE CONSUMERISTA E A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR .....	77
A PUBLICIDADE COMO MEIO PERSUASIVO-NEGATIVO NO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR .....	82
A IMPORTÂNCIA DA EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO .....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	98
REFERÊNCIAS .....	99
<b>A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO PELOS DANOS CAUSADOS AO CONSUMIDOR PELO CADASTRO INDEVIDO</b> (Luis Miguel Barudi De Matos e Marcos Vinicius Affornalli) .....	103
INTRODUÇÃO .....	104
RESPONSABILIDADE CIVIL E SUA INSERÇÃO NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	105
DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E SUA RESPONSABILIZAÇÃO PELO CADASTRO INDEVIDO DE CONSUMIDORES .....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	123
REFERÊNCIAS .....	125
<b>A RESSIGNIFICAÇÃO DA “VIDA A CRÉDITO” DE BAUMAN NO TRABALHO DE ADOLESCENTES QUE IDENTIFICAM NO TRABALHO INFANTIL UMA ILUSÃO DE DESENVOLVIMENTO</b> (Acácia Gardênia Santos Lelis e Fábيا Carvalho Figueiredo) .....	128
INTRODUÇÃO .....	130
O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO .....	131
A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO TRABALHO INFANTIL .....	133
A “VIDA A CRÉDITO” SEGUNDO BAUMAN .....	135
A CONDIÇÃO DE “VIDA ATIVA” DOS ADOLESCENTES TRABALHADORES .....	137
CONCLUSÃO .....	139
REFERÊNCIAS .....	142
<b>A TUTELA DO CONSUMIDOR NOS CONTRATOS DE LEASING FINANCEIRO SEGUNDO A VISÃO DOS TRIBUNAIS</b> (Simone Bento e Pilar Alonso López Cid) .....	144
DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL NA MODALIDADE FINANCEIRA .....	145
O LEASING FINANCEIRO COMO RELAÇÃO DE CONSUMO .....	145
A TUTELA DO CONSUMIDOR NOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	148

AS QUESTÕES ATINENTES À COBRANÇA ANTECIPADA DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO .....	150
OS JUROS REMUNERATÓRIOS SUPERIORES A 12% AO ANO .....	155
POSSIBILIDADE DE PURGAÇÃO DA MORA PELO ARRENDATÁRIO NOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	157
A COBRANÇA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS OU REMUNERATÓRIOS .....	159
TARIFA DE ABERTURA DE CADASTRO (TAC), EMISSÃO DE CARNÊ (TEC) E OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS .....	161
CONCLUSÃO .....	166
BIBLIOGRAFIA .....	168
<b>ANOTAÇÕES SOBRE A ALEGADA EXISTÊNCIA DE UMA “INDÚSTRIA DO DANO MORAL” E OS EFEITOS DAS INDENIZAÇÕES CONSUMERISTAS NO AMBIENTE EMPRESARIAL</b> (Marcelo de Souza Sampaio e Viviane Coêlho de Séllos Knoerr) .....	170
INTRODUÇÃO .....	172
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A SOCIEDADE DE RISCO E A RESPONSABILIDADE CIVIL NO AMBIENTE JURÍDICO CONTEMPORÂNEO .....	173
ANOTAÇÕES SOBRE A ALEGADA EXISTÊNCIA DE UMA “INDÚSTRIA DO DANO MORAL” E OS EFEITOS DAS INDENIZAÇÕES CONSUMERISTAS NO AMBIENTE EMPRESARIAL .....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	186
REFERÊNCIAS .....	187
<b>CONTRATO DE SEGURO DOS DANOS CAUSADOS PELO ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL ADQUIRIDO NA PLANTA E UMA NOVA POSTURA EMPRESARIAL</b> (Adalberto Simão Filho e Beatriz Spineli) .....	190
INTRODUÇÃO .....	191
FORMA DO CONTRATO DE SEGURO .....	198
RECUSA DA SEGURADORA EM REALIZAR O SEGURO .....	201
FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NA PLANTA .....	203
UMA NOVA POSTURA EMPRESARIAL APRESENTADA COMO PROVÁVEL SOLUÇÃO À PROBLEMÁTICA APRESENTADA .....	205
O CONTRATO DE SEGURO COMO INSTRUMENTO DE REDUÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELO ATRASO NA ENTREGA DO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO .....	208
CONCLUSÃO .....	209
REFERÊNCIAS .....	211
<b>CONTRATOS DE CONSUMO COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL E OS CRITÉRIOS PARA JUSTIFICAR A REVISÃO CONTRATUAL</b> (Stephanie Aniz Ogliari Candal) .....	218
INTRODUÇÃO .....	219

O CONTRATO COMO FERRAMENTA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS .....	220
BREVE INCURSÃO HISTÓRICA ACERCA DA MASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS .....	221
O VIÉS SOCIAL DO DIREITO DO CONSUMIDOR E SEUS DESAFIOS .....	224
A REVISÃO DO CONTRATO COMO VIA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL .....	227
CRITÉRIOS PAR AUFERIÇÃO DA ONEROSIDADE EXCESSIVA AO CONSUMIDOR .....	231
CONCLUSÃO .....	233
REFERÊNCIAS .....	235
<b>DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NA RELAÇÃO ENTRE SHOPPING CENTERS (EMPREENDEDORES E LOJISTAS) E FREQUENTADORES</b> (Danielle Hammerschmidt e Denise Hammerschmidt) .....	237
INTRODUÇÃO .....	237
APONTAMENTOS ACERCA DOS SHOPPING CENTERS .....	238
DA RELAÇÃO DE CONSUMO .....	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	256
REFERÊNCIAS .....	257
<b>DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO: A (INEFICIÊNCIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL NA TUTELA COLETIVA</b> (Ariane Langner e Jaqueline Lucca Santos) .....	267
INTRODUÇÃO .....	268
A EVOLUÇÃO DA TUTELA PROCESSUAL COLETIVA DO DIREITO DO CONSUMIDOR NO BRASIL .....	269
A INFLUÊNCIA RACIONALISTA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E SUA INEFICIÊNCIA NA TUTELA DE NOVOS DIREITOS .....	273
O DIREITO PROCESSUAL CIVIL E A TUTELA COLETIVA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR .....	275
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	279
REFERÊNCIAS .....	280
<b>DIREITO DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE TURISMO: DOCTRINA E JURISPERUDÊNCIA</b> (José Washington Nascimento de Souza) .....	283
INTRODUÇÃO .....	284
ANÁLISE CONSTITUCIONAL .....	286
CONCEITOS .....	287
RESPONSABILIDADE CIVIL .....	291
PRÁTICAS INACEITÁVEIS .....	292
CONCLUSÃO .....	301
REFERÊNCIAS .....	302

<b>GLOBALIZAÇÃO, COMÉRCIO ELETRÔNICO E HIPERCONSUMO: IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> (Daniele Maria Tabosa Machado e Maria Cristina Santiago Moura de Moura)	303
INTRODUÇÃO .....	304
ALGUMAS PONDERAÇÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E A SOCIEDADE ATUAL .....	304
UM POUCO MAIS DE REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA DO HIPERCONSUMO .....	308
ANÁLISE DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL .....	310
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CRESCIMENTO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL .....	311
REALIDADE DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL .....	313
O IMPACTO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NA ECONOMIA .....	314
REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	315
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	316
REFERÊNCIAS .....	317
<b>ILEGALIDADE AO ACESSO À INFORMAÇÃO NOS BANCOS DE DADOS DOS CONSUMIDORES PERMITIDO PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E O DIREITO À PRIVACIDADE GARANTIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b> (Joubran Kalil Najjar) .....	319
INTRODUÇÃO .....	321
OS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES .....	322
DAS PRÁTICAS ABUSIVAS .....	324
A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	326
INEXISTÊNCIA DE CRITÉRIO PARA O FORNECIMENTO E ABERTURA PARA O CRÉDITO .....	327
AMPLITUDES DA NORMA .....	328
CONSUMIDORES INADIMPLENTES .....	329
O PRAZO DO ARTIGO 43, DOS PARÁGRAFOS 1º E 5º É PRESCRICIONAL OU DECADENCIAL? .....	351
DA REPARAÇÃO DO DANO CAUSADO POR INFORMAÇÕES NOS BANCOS DE DADOS .....	332
LEI 4.595 DE 1964 QUE TRATA SOBRE A POLÍTICA E AS INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS, BANCÁRIAS E CREDITÍCIAS, CRIANDO O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL .....	333
LEI 9.507 DE 1997 QUE REGULA O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO E DISCIPLINA O RITO PROCESSUAL DO “HABEAS DATA” .....	334
CONCLUSÃO .....	336
BIBLIOGRAFIA .....	339
<b>NEOCONSTITUCIONALISMO, NEOPROCESSUALISMO, CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A CRISE DO JUDICIÁRIO</b> (MARCELO YUKIO MISAKA) .....	341
INTRODUÇÃO .....	342



NEOCONSTITUCIONALISMO .....	343
NEOPROCESSUALISMO .....	344
PROCESSO E DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	345
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS .....	348
TUTELA DO CONSUMIDOR .....	356
NEOPROCESSUALISMO E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....	359
CONCLUSÃO .....	363
REFERÊNCIAS .....	364
<b>O CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO E O TRATAMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS</b> (Pedro Paulo Vieira da Silva Junior) .....	367
INTRODUÇÃO .....	368
O CONSUMIDOR E A SUA LATENTE VULNERABILIDADE .....	368
O SUPERENDIVIDAMENTO E O CONSUMIDOR .....	371
O CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO E OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS .....	374
CONCLUSÃO .....	378
REFERÊNCIAS .....	380
<b>O DIREITO DO CONSUMIDOR COMO GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL NA CONCEPÇÃO DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA</b> (Daniela Ferreira Dias Batista) .....	382
INTRODUÇÃO .....	383
A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO CONSUMIDOR .....	384
CONCEITOS DE CONSUMIDOR E DE FORNECEDOR .....	386
PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR .....	390
O CONSUMO COMO GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL .....	392
O DIREITO DO CONSUMIDOR E A JUSTIÇA DISTRIBUTIVA .....	396
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	399
REFERÊNCIAS .....	401
<b>O ILÍCITO CONSUMERISTA E A POSSIBILIDADE DO DEFERIMENTO DO DANO MORAL NOS CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE</b> (Pasqualino Lamorte e Leonardo Sanches Ferreira) .....	404
INTRODUÇÃO .....	405
APONTAMENTOS SOBRE O CONTRATUALISMO CONTEMPORÂNEO .....	405
POLÍTICA NACIONAL, DIREITOS BÁSICOS E OS CONTRATOS NO CÓDIGO DE DEFESA E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR .....	408

DANO MORAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE À LUZ DO CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE PATRIMÔNIO .....	415
O ILÍCITO CONSUMERISTA E O DANO MORAL NOS CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE .....	417
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	424
REFERÊNCIAS .....	425
<b>POR UMA INTERPRETAÇÃO TÓPICA DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR</b> (Ana Caroline Noronha Gonçalves Okazaki e Anderson de Azevedo) .....	427
INTRODUÇÃO .....	428
O DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO E A INTERPRETAÇÃO .....	430
DA TÉCNICA TÓPICA DE INTERPRETAÇÃO .....	437
A RELAÇÃO DE CONSUMO E A HERMENÊUTICA TÓPICA DO DIREITO DO CONSUMIDOR COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	443
CONCLUSÃO .....	449
REFERÊNCIAS .....	450
<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR EM CONTRATOS DE TRANSPORTE TERRESTRE À LUZ DA TEORIA DA QUALIDADE</b> (Leonardo José Peixoto Leal e Mônica Mota Tassigny) .....	453
INTRODUÇÃO .....	454
RELAÇÃO DE CONSUMO .....	455
TEORIA DA QUALIDADE .....	458
RESPONSABILIDADE CIVIL NOS CONTRATOS DE TRANSPORTE .....	461
RESPONSABILIDADE DAS CONCESSIONÁRIAS NOS CASOS DE ASSALTOS, ACIDENTES E ATRASOS ....	467
CONCLUSÃO .....	471
REFERÊNCIAS .....	473
<b>RESPONSABILIDADE CONSUMEIRISTA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PELA QUALIDADE DA UNIDADE HABITACIONAL ADQUIRIDA PELO CONSUMIDOR NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA</b> (Christine Keler de Lima Mendes) .....	476
INTRODUÇÃO .....	477
DA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR COMO POLÍTICA ECONÔMICA .....	478
DIREITO À MORADIA: DIREITO SOCIAL QUE SE IMPLEMENTA POR RELAÇÃO DE CONSUMO .....	480
RESPONSABILIDADE CONSUMEIRISTA DO OPERADOR FINANCEIRO PELA QUALIDADE DA UNIDADE HABITACIONAL ADQUIRIDA PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA .....	484
CONCLUSÃO .....	488
REFERÊNCIAS .....	488

## Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

